

DEIXAM-ME SEMPRE CONFUSO
AS TUAS PALAVRAS BOAS,
POR NÃO TE VER FAZER USO
DESSA MORAL QUE APREGOAS

António Aleixo

Preço avulso: 7\$50 N.º 857
ANO XXIX 19/11/1981
Tiragem média por número:
2 750 exemplares

Composição e impressão
«GRAFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETARIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
«GRAFICA LOULETANA»
Rua David Teixeira, 67
Telef. 62536 8100 LOULE



SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO DO MAIOR E MAIS IMPONTO TANTE CONCELHO DO ALGARVE

O Secretário de Estado do Turismo visitou o Algarve

reportagem de NETO GOMES

VOU PROPOR AO GOVERNO QUE AUTORIZE QUE SE REALIZEM NO ALGARVE, CONSELHOS DE SECRETARIOS DE ESTADO, LIGADOS À PROBLEMÁTICA DO TURISMO — DISSE O DR. NADIM DE CARVALHO.

De visita ao Algarve onde se inteirou de muitos dos vastos problemas que afligem a Região na problemática do Turismo,

ALMANSIL

— Entravada povoação

já não espera nem desespera

por FILIPE VIEGAS

Acontece em Almansil o mesmo que em outras terras do Al-

garve: «as gentes que a povoação já nem esperam nem desesperam», sendo tantas as desilusões e desgostos, respeitantes às aspirações tidas em relação ao

(continua na pág. 9)

«A Voz de Loulé» esteve presente na XXVI Semana Internacional do Cinema de Valladolid

(VER PÁGINA 7)



Vista panorâmica da moderna cidade espanhola de Valladolid, que acaba de promover a sua XXVI Semana Internacional do Cinema

A Voz de Loulé

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO DO MAIOR E MAIS IMPONTO TANTE CONCELHO DO ALGARVE

MANTA DE RETALHOS

por JOSÉ REBELO

QUANDO OS FORAIS SE REFEREM AOS INCENDIÁRIOS

Não há muitos dias, certo amigo, igualmente indignado com os incendiários, nos procurou se não havíamos já lido

(continua na pág. 9)

Já foi iniciada a construção do novo edifício para a Repartição de Finanças de Loulé

Como reflexo do extraordinário progresso verificado no con-

celho de Loulé, durante os últimos anos, as instalações da Repartição de Finanças local não só ficaram ultrapassadas pelo volume de movimento anual registado como principalmente pela exiguidade das suas antigas acomodações.

(continua na pág. 2)



RALLYE

URBIBEL ALGARVE 1981

O Ralal Clube... venceu outra vez

A primeira Volta ao Algarve, sob a forma de concentração, realizou-se no ano de 1970. No

ano seguinte passaria a Rallye de primeira categoria e em 1973, (continua na pág. 4)

A Bolsa de Mercadorias de Faro

por ANTÓNIO DE SOUSA PONTES

Continuando as considerações que fizemos nos 2 primeiros ar-

tigos para este jornal, devemos esclarecer que o semanário «O País», de Lisboa, deu relevo ao que já dissemos, e, além de apoiar a transformação da «Bolsa» ilegal de Faro, numa Bolsa oficial, nos termos do Código Comercial Português, que data de 1888, punha nos seus termos uma certa carga política, porque não só apelava para o sr. Ministro das Finanças e Plano, como preconizava uma rápida (continua na pág. 7)

Tem que se pôr em execução uma política de créditos

— Cabrita Neto

(VER PÁGINA 5)

EM LOULÉ

O pelouro da higiene e limpeza vai ser reactivado

Com o intuito de dinamizar um sector onde a acção da Câmara Municipal tem deixado

ago a desejar, o Presidente da nossa edilidade, Eng. Júlio Mealha, acaba de prececer a uma alteração na distribuição dos peões municipais.

Assim, a Dr. Odete Guerreiro, por motivos que se prendem com a sua actividade profissional, que lhe limitam a disponibilidade (continua na pág. 9)

(continua na pág. 9)

Quarteira:
Do Mercado
à Fonte Santa
O Documento Necessário

por PEDRO ALEXANDRE

Ainda muito recentemente foi apresentado em sessão de Câmara um magnífico trabalho de (continua na pág. 8)

**FILAGRO 1981:
O BANCO PORTUGUÊS
DO ATLÂNTICO
E A IMPRENSA REGIONAL**

(VER PÁGINA 10)

O Secretário de Estado do Turismo visitou o Algarve

(continuação da pág. 1) Turismo, que durante a sua longa estada se fez acompanhar pelo Dr. Oliveira Santos, Governador Civil do Distrito, Deputado Cabrita Neto, Dr. Batista Coelho Presidente da C.R.T.A., Director Geral do Turismo, Presidente do Fundo de Turismo, Presidente do Instituto de Formação Turística e Hotelaria, Representante da ENATUR e localmente a presença dos respectivos Presidentes de Câmaras.

O Dr. Nadim de Carvalho, iniciou a sua visita por Castro Marim onde localmente se informou das obras de saneamento básico em S. Bartolomeu e pouco depois o local da futura ponte sobre o Guadiana. Depois esteve em reunião na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António com o Presidente da Câmara local e os Presidentes das Câmaras de Tavira, Alcoutim e Castro Marim. Pouco depois seguiu em direção a Faro, tendo entretanto visitado o Posto de Turismo de Vila Real, o Parque de Campismo de Monte Gordo e a chamada operação Sertão.

Antes de chegar a Tavira onde visitou a Ilha e as Pedras de El-Rei, o Dr. Nadim de Carvalho e a sua comitiva almoçaram no Hotel da Altura.

Em Faro onde chegou por volta das 18 horas o Secretário de Estado do Turismo teve reuniões com os representantes das Associações Empresariais, Sindicatos do sector e CRTA, tendo jantado na Pousada de S. Brás, pertença da ENATUR.

No dia seguinte o Dr. Nadim de Carvalho esteve novamente no «terreno» visitando a Ilha da Armona, Pinheiros de Marim e o Parque de Campismo, tendo almoçado nesse dia na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, secção de Faro, dirigida por Horácio Cavaco, depois e já na área do Concelho de Loulé, o S. Estado do Turismo, esteve na Quinta do Lago, Quarteira e Vilamoura. Pouco depois deslocou-se para Albufeira onde visitou a Estação do Tratamento de Esgotos, eixo viário e abastecimento de água. Em Albufeira anunciou finalmente a escritura do Fundo do Fomento do Turismo ao município local, para obras de infraestruturas urbanísticas no valor de 80 mil contos, 50 mil dos quais para este ano, cheque aliás entregue pelo Presidente do Fundo do Turismo, e os restantes 30 mil para o ano de 1982.

No Concelho de Silves o titular da pasta do Turismo, visitou Armação de Pêra, antes porém e na Câmara Municipal de Faro, estivera reunido com o Presidente da Câmara local e os Presidentes das Câmaras de Olhão, S. Brás, Loulé e Albufeira.

Em Portimão a visita começou praticamente com uma reunião na Câmara da terra de Teixeira Gomes, onde estiveram presentes os Presidentes das Câmaras de Portimão, Lagos, Lagoa, Silves, Aljezur, Vila do Bispo e Monchique.

O último dia da visita começou em Lagos onde o Secretário de Estado do Turismo constatou os problemas locais e as obras em curso, tendo depois seguido para Aljezur onde esteve no Vale da Telha, e na Vila do Bispo este num loteamento clandestino, visitou o Burnau e viu as possibilidades de se impôr no Algarve e naturalmente nessa zona o naturismo.

Mais tarde o Dr. Nadim de Carvalho esteve em Portimão onde se inteirou do anda-

mento das obras do Porto local, Lagoa de estabilização e a Praia da Rocha. Pouco depois o Secretário de Estado e a sua comitiva entraram pela serra em direção a Monchique onde almoçaram nas Termas e constataram os problemas locais. Depois seguiu-se uma visita a Silves, Lagoa onde se inteirou da actual dinâmica do Algar Seco e da Praia do Carvoeiro.

A noite e no Hotel Monte-choro realizou-se a anunciar a conferência de Imprensa.

Na mesa além do Dr. Nadim de Carvalho se encontravam o Dr. Oliveira Santos, Governador Civil do Distrito; Deputado Cabrita Neto; Dr. Batista Coelho Presidente da CRTA e o Presidente do Fundo do Turismo.

O Dr. Nadim de Carvalho começou por dizer: «Foi um trabalho repleto de austeridade, porque não houve comitiva e cumpriu-se integralmente o calendário que tinha sido programado e tudo isto se resume a este contacto que estou a ter com a Imprensa.

Toda a visita foi organizada pela CRTA, como interlocutor número um e o seu trabalho foi extraordinário, aliás como é tradicional. Teve vários contactos com todos os componentes do sector turístico: Sindicatos, entidades patronais, e serviços periféricos do estado. Ainda teve a oportunidade de ver tudo «no terreno», tudo o que é possível em três dias, e inclusive vi um loteamento clandestino em Vila do Bispo, e tudo isto me dá uma visão geral do trabalho que aqui se vem realizando.

Todos os contactos foram o mais positivo possíveis e poderei até dizer algo que muito me sensibilizou e que partiu de duas Câmaras situadas num Partido diferente do meu. Foram as ofertas que me fizeram os Presidentes das Câmaras de Portimão e Vila do Bispo, que me entregaram medalhas comemorativas de Teixeira Gomes e do Foral de Vila do Bispo, respectivamente.

Mais adiante o Secretário de Estado diria: «Após a denúncia feita pelo sr. Primeiro Ministro sobre a situação grave em que o Algarve se encontrava, rapidamente se concretizou o empréstimo dos três milhões de contos para as Obras do Saneamento Básico, determinando-se que esta linha de crédito tivesse uma bonificação de 10% pela parte do Fundo de Turismo. Neste momento poderei dizer-vos que estamos melhor que a Espanha, pois o Algarve já não está na situação em que estava, e toda a Andaluzia está na situação de emergência.

Poderei dizer-vos que as receitas do turismo subiram este ano tendo por base os dólares num valor de 3%, aliás tal subida tem a sua origem na própria subida do dólar, verificando-se no que se refere ao escondido uma subida que ronda os 20%. Em contra partida e no mesmo período os espanhóis desciam nas suas receitas 6%.

Vou continuar a ter estes contactos no «terreno», e estou convicto que em Fevereiro ou Março (embora também esteja no Congresso de Turismo em Monte Gordo), porque é necessário estar mais perto do Algarve, das Câmaras e da CRTA e vou solicitar ao sr. Primeiro Ministro que me autorize a promover no Algarve alguns Conselhos de Secretários de Estado, envolvidos com a dinâmica e problemática do Turismo e com destaque para: Estradas, Inspecções, Polícia e domínio Marítimo.

Neste momento já estamos a preparar as linhas mestras de um protocolo entre a Secretaria de Estado do Turismo e a da Cultura (...mais tarde vim saber, aliás a uma pergunta de «A Voz de Loulé», que o Prof. Tomaz Ribas, também faz parte...), porque é urgente criar-se o Turismo Cultural. Outro exemplo de cooperação é lutar contra o Turismo do pé descalço ou do caracol, e para que tal se concretize temos que contar com o apoio e colaboração de várias Secretarias de Estado além do turismo (pelo seu vocacionamento), Negócios Estrangeiros (pela sua área diplomática) Administração Interna (pela participação e colaboração da PSP), Secretaria de Estado do Orçamento (pela participação financeira da G.F.).

Assim a partir de 1982 quem não tiver para dispendar 500\$000 diários (igual a 10 litros de combustível) não pode entrar em Portugal, pois não queremos cá turistas indesejáveis e que inclusivamente acabam por arranjar trabalho que pertence à nossa mão de obra, para depois entrarem no roubo, droga e prostituição. Neste sentido vamos promover várias reuniões com a vizinha Espanha de forma a evitarmos que Portugal e a Espanha se transformem no refúgio do resto da Europa.

Foi também meritorio o contacto que tive com o responsável pelo Instituto de Formação Profissional, sendo prioritária a criação de uma autêntica Escola de Turismo, que tudo leva a querer ficar localizada na Vilamoura. Existem áreas de inovação que é urgente pôr em prática: a caça e o naturismo. Estamos diante de dois temas quentes, mas os temas quentes devem ser vistos de frente.

No que se refere à caça temos que evitar que os nossos caçadores se desloquem para Espanha o que equivale a uma elevada saída de divisas, tornando-se urgente personalizar as reservas e legislar de forma a que a caça funcione como uma nova área de animação turística.

No que se refere ao saturismo, na Vila do Bispo existem condições para que tal seja possível.

O naturismo é um comportamento sociológico que tem que ser bem enquadrado e regulamentado.

Estou a chegar ao fim, mas antes quero salientar a excelente colaboração que me foi prestada pelo deputado Cabrita Neto.

O Cabrita Neto, prestou um bom serviço ao Parlamento, porque esteve comigo a demonstrar como é fácil no terreno encarar todos os problemas.

Quero também salientar a magnífica colaboração dos Drs. Batista Coelho, Presidente da CRTA e Oliveira Santos, representante do Governo Central.

Depois entrou-se no período de perguntas e respostas... que quanto a nós só o futuro desta e outras viagens poderá responder, pelo que aguardamos concretizações.

NETO GOMES

EMPREGADO

PRECISA-SE

De 13 a 17 anos

APARTAMENTOS

VENDEM-SE, na Av. do Liceu, em Faro

Trata Manuel Bota Filipe Viegas - Telef. 94115 - 8100 ALMANSIL.

Já foi iniciada a construção do novo edifício para a Repartição de Finanças de Loulé

(continuação da pág. 1)

Por esse motivo, desde há anos que se vem procurando uma solução para o problema, apontando-se preferencialmente para a construção de um novo edifício, o qual deveria ser comprado a uma entidade particular durante ou após a sua construção. E isto pela simples razão de que é burocraticamente quase impossível o Estado comprar um terreno para o Ministério das Obras Públicas construir um edifício para uma Repartição de Finanças e depois entregá-lo ao Ministério da Administração Interna.

Mesmo que este comentário não tenha razão de existir, pensamos que é muito oportuno chamar a atenção da nossa Câmara para o facto de não estar prevista a demolição de uma velha casa que faz gaveto entre as duas ruas e irá destilar toda a harmonia de um novo edifício de vários pisos e onde ficaria instalada uma das mais procuradas repartições públicas.

Assim, considerando as condições impostas pelo Estado para a construção de um edifício que lhe fosse destinado e face à complexidade de problemas burocráticos exigidos pelas mais diversas entidades implicadas num processo que sempre se arrasta longamente pelas repartições oficiais, parecia extremamente difícil encontrar um terreno bem localizado, com boas condições, e suficientemente amplo e ainda descobrir um construtor disposto a aceitar as condições consideradas oficialmente como necessárias para um compromisso formal.

A verdade é que, embora o problema se tivesse arrastado por vários meses, com hesitações de ambos os lados, e depois de muitas trocas de impressões, foi possível chegar-se a um acordo entre o Estado e os srs. José Viegas de Sousa e Túlio Bento Seruca, proprietários de um amplo terreno situado no Largo das Portas do Céu e também com frente para a Rua Antero de Quental e portanto junto da Escola Primária e do Antigo Colégio Infante D. Henrique.

Segundo informações que nos

foram prestadas pelo sr. José Viegas, a Repartição de Finanças de Loulé ocupará toda a área do res-do-chão do edifício já em construção e parte da cave, num total de 1.000 m², o que foi considerado suficiente mesmo tomando em consideração o previsível incremento dos serviços. Esperemos que os técnicos não se enganem, pois acontece com frequência que os edifícios construídos pelo ou para o Estado ficam ultrapassados na sua capacidade mesmo antes de inaugurados...

Mesmo que este comentário não tenha razão de existir, pensamos que é muito oportuno chamar a atenção da nossa Câmara para o facto de não estar prevista a demolição de uma velha casa que faz gaveto entre as duas ruas e irá destilar toda a harmonia de um novo edifício de vários pisos e onde ficaria instalada uma das mais procuradas repartições públicas.

Dada a grande dificuldade em se encontrar uma plataforma de acordo entre o inquilino daquela mercearia e os proprietários dos terrenos vizinhos onde está sendo construído um edifício de grande porte, talvez pudesse ser útil e muito proveitosa uma interferência da Edilidade local no sentido de fazer alguma coisa para embelezamento do local e valorização da nossa Vila.

Aqui fica o apelo ao bom senso de quem possa actuar com a rapidez que se impõe e a eficiência necessária.

Resta-nos perguntar: para quando o início do já tão falecido (ao longo de tantos anos) Palácio da Justiça de Loulé?

Quem tem poderes para dar luz verde a uma obra que se impõe seja concretizada?

VIDIGUEIRA

PRODUTOS DE QUALIDADE

VINHOS E AGUARDENTES



DISTRIBUIDOR — VIANCO
ALBUFEIRA — FARO

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS — FAZENDAS — COURELAS

(C/ OU S/ CASA)

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS

E LOCALIZAÇÕES

COMPRA E VENDA: — JOSÉ VIEGAS BOTA

R. SERPA PINTO, 1 a 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ

QUADRANTE DESPORTIVO

OPINIÃO

Afraca assistência a que cada domingo nos habituámos a ver no Estádio Municipal de Loulé para aplaudir e acarinhar as equipas de futebol desta vila que militam na 3.ª Divisão Nacional passou já a constituir um tema de grande interesse e que é preciso repensar.

Quer o Juventude Campinense quer o Louletano D. Clube apostaram no futebol mais evoluído que aquele a que normalmente e de há muito se assistia no Estádio Municipal de Loulé. Contrariando alguns pessimistas, e, convictos que mais tarde ou mais cedo, a população do concelho e mais concretamente da vila, acabariam por desesperar e passaram a apoiar esse mesmo esforço, e que efectivamente Loulé tinha condições para ter uma equipa na 3.ª Divisão Nacional, algumas pessoas não hesitaram e jogaram mãos à obra.

Contudo a realidade é bem outra, e, quer o Juventude Campinense quer o Louletano, lutam com dificuldades de tesouraria para que os louletanos possam assistir a óptimos jogos de futebol no seu Estádio. A contrapartida é muito diminuta e deveras nada encorajante. «Cada povo tem aquilo que merece». — Eu diria: — «Os louletanos têm aquilo que merecem». E não me venham dizer que a causa é a existência de duas (2) equipas na terra. Todos devem estar recordados que a maior movimentação desportiva jamais verificada em Loulé aconteceu a partir do reaparecimento do Juventude Campinense. Quer na modalidade de futebol, quer na de ciclismo. Isso é incontestável mesmo até ao nível nacional, pois vários troféus de campeão nacional foram conseguidos por atletas de Loulé no ciclismo pelo Campinense e no futebol pelo Louletano em que os seus iniciados lograram chegar à final com o Futebol Clube do Porto.

Não me venham contar que o facto de duas equipas existirem em Loulé provoca deficiências de bilheteira ou de ajudas aos clubes por parte do comércio, da indústria e de todos os louletanos em geral. Aqueles que não têm a memória curta facilmente se lembrarão que mesmo quando em Loulé apenas existia uma única equipa, as bilheteiras e as ajudas não abundavam, ontes eram à míngua. Portanto o mal não está na existência de dois clubes em Loulé, mas sim na muita exigência e pouca colaboração da grande, da maior parte da população de Loulé.

Se atentarmos nas pessoas que presentemente são o baluarte dos clubes de Loulé, os dois que militam na 3.ª Divisão Nacional, chegamos à conclusão que não são louletanos de nascente. No Louletano D. Clube encontra-se uma individualidade que fez de Loulé a sua segundo terra, dedicando-se à construção civil, nela fez a sua maneira de estar no mundo. Um amigo a quem estimo e considero não é nem mais nem menos que José Pereira Pires, Presidente do Louletano Desportos Clube. Homem de iniciativa a quem o medo não diz nada. Naturais de Loulé ficaram pelo caminho, talvez até com muito mais capacidade de resolverem problemas momentâneos de tesouraria. Isto é assim mesmo, quem tem medo fica em casa. Portanto uma individualidade não notável de Loulé à frente dos destinos do Louletano.

Quanto ao Juventude Campinense acontece quase a mesma coisa, ou semelhante, sem mencionar o difícil e constante trabalho de muitos outros que pela Direcção do Juventude Campinense têm passado. Coso de João António dos Santos, José Francisco, José Conceição

Laginha que, de forma desinteressada, foram pouco a pouco construindo os alicerces de um clube, que vindo do zero há meia dúzia de anos, há-de ser, se já não o é, um dos clubes que muito tem contribuído para o desenvolvimento e gosto pelo desporto em Loulé.

Assim, ao falar-se em Juventude Campinense surge imediatamente um nome já muito conhecido em Loulé, aliás desde a sua juventude que Baptista Correia é conhecido dos louletanos, embora não seja natural nem residente nesta vila, desde há duas épocas a esta parte que esta figura aparece ligada aos destinos deste Clube numa aposta consigo mesmo em que tudo faria para proporcionar a todos os louletanos, ou não, bons espetáculos de futebol. Para tal fez-se rodear de um lote de jogadores, na sua opinião, capazes de realizarem os tais óptimos espetáculos de futebol, com a finalidade de despertar em Loulé um verdadeiro interesse pelo bom futebol.

Em resumo, tudo isto para dizer que se não fora o esforço e a carolice, pelo menos este ano, de individualidades não louletanas, Loulé não estaria em condições de assumir essa responsabilidade, e o futebolzinho do Distrital continuaria a ser o ponto forte no beco do Estádio Municipal da Campina, em Loulé.

E o que é que tudo isto representa? — Incapacidade? Medo? Incúria dos homens de Loulé? — Será falta de motivação da Indústria, do Comércio e de todos os louletanos em geral, para uma ajuda concreta e palpável aos clubes da sua vila? Os louletanos de coração já deram o exemplo. Parece impossível que um concelho tão grande e com uma população tão elevada, deixe um trabalho colectivo a cargo de somente meia dúzia de pessoas.

Para já e a atestar as nossas palavras vai verificar-se uma quebra no ciclismo, sinal de saturação das pessoas, sempre as mesmas, que durante anos as-

sumiram as responsabilidades, quantas vezes pondo em risco o seu bem estar, sacrificando-se por amor ao desporto, sem daí colher qualquer contrapartida que não a satisfação do seu amor ao desporto e aos praticantes. Antes pelo contrário recebendo ofensas e críticas injuriosas, a maior parte das vezes injustas e falhas de verdade.

A crise está aí e vai agravar-se, aqui também há crise, se se continuar a deixar de apoiar, participar, estar presente. Os subsídios não existem, nem oficiais nem particulares. A saturação começa a produzir efeito devido ao trabalho feito, na maior parte das vezes, individualmente. Por outro lado a população exige muito e colabora pouco. Cada pessoa é um treinador, é um árbitro. A crítica fácil é o pão nosso de cada dia. Crítica fácil e na maior parte das vezes arredada da realidade.

Por outro lado os clubes sentem enormes dificuldades no acesso ao Estádio Municipal, deparando a cada dia com uma clara intenção, por parte do guarda do Estádio, em causar problemas com a sua falta de colaboração, aos directores dos clubes. Não se comprehende que acordando a Câmara em ceder a utilização do Estádio e dos balneários e ainda de uma arrecadação tudo isto no interior do mesmo Estádio, os directores dos clubes não possam livremente e sempre que necessitam de poder utilizar essas mesmas instalações. Não é deste comportamento que os clubes necessitam. Isto não é colaboração. Isto não é querer ser guarda do Estádio. O guarda do Estádio existe porque existem clubes praticantes nesse mesmo Estádio. Será difícil de interpretar esta mútua dependência? — Vamos pois atentar nisso e colaborar com os clubes de Loulé, valeu? — Não só o guarda do Estádio, mas também e sobre tudo toda a população do nosso concelho.

8/11/81. ZECA LOURO

Louletano, 3 - Beja, 2

Foi realmente um jogo impróprio para cardíacos aquele a que assistimos no passado dia 8 de Novembro. Mercê de um forcing final irresistível, o Louletano passou da situação de vencido por 2-1, a vencedor por 3-2 em apenas 10 minutos. Mas o que é certo é que foi por culpa exclusiva sua que tal vantagem acontecerá. Perdendo inúmeros golos, daqueles em que o mais difícil é não marcar, o Louletano viu-se subitamente a perder por 2-1 depois de 2 faltas infantis da defesa e do guarda-redes que, verdade seja dita, estiveram em tarde francamente desastrada. O que valeu é que o Beja nos últimos minutos da partida arrastava-se positivamente no terreno do jogo, dando pontapés para a frente sem qualquer nexo, incapaz de conter a avalanche final do Louletano que dava tudo por tudo para não perder.

Fejicamente ganhou, mas quanto a nós, apenas e só pela quebra físico monumental dos bejenses, que não pelo futebol produzido, esse de uma pobreza confiada de ambas as partes, em que apenas se salvou a emoção dos últimos momentos da partida, realmente de arrasar os nervos ao mais pacífico dos assistentes. Porém, o que conta são os 2 pontos e esses

ficaram em casa para ameaçar, pois não se sabe o que o futuro nos reservará.

O Louletano alinhou com: Barão; Orlando (Valongo), Arménio, Reizinho e João Louro; Carminho (Nelson), Barriga e José Eduardo; Carlos, João Batista e Virgílio.

Pelo Louletano marcaram Reizinho, Virgílio e José Eduardo. Boa arbitragem.

Zé da Bola

VENDE-SE

TERRENO com 9 000 m² e 2 casas de habitação, nos Corgos de St. Luzia (Loulé), por 500 000\$00.

Tratar na Av. José da Costa Mealha, n.º 187 — LOULÉ.

PRECISA-SE

Por graves motivos de saúde, casal retornados de idade, precisam alugar ao ano casa 3 assoalhadas na área de S. Brás, Faro, Loulé, Nexe ou Quarteira.

Dão-se todas as garantias e trata-se de pessoas sosssegadas, educadas e de bom tratamento.

Resposta para: 32886 (D. Lourdes), ou Apartado 18 — QUARTEIRA.

EMPREGADA

Procura-se, empregada para escritório com conhecimentos de contabilidade.

Nesta redacção se informa.

ALBERTO, LIMITADA

CARTÓRIO NOTARIAL DE LAGOA — ALGARVE

João Alberto Coelho Mendes da Silva.

Parágrafo segundo: — Para os assuntos de mero expediente bastará apenas a assinatura de qualquer um dos sócios gerentes.

SEXTO: — A sociedade poderá instalar sucursais ou filiais em qualquer outro País, conservando, porém, a sede social original.

SÉTIMO: — As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de cartas registradas, dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos, salvo se a Lei prescrever outras formalidades.

Está conforme.

Cartório Notarial de Lagoa, 18 de Maio de 1981.

A 1.º Ajudante,
Maria José Correia Bravo

A Voz de Loulé, n.º 857, 19-11-81

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚNCIO

3.ª Secção — 24/81

(1.º publicação)

FAZ-SE saber que nos autos de Arreto Preventivo, a correr termos pela 3.ª Secção do Tribunal Judicial de Loulé, com o n.º 24/81, que N. V. SLAVENBURG'S BANK, com sede em Colsin Gel 63, 3012 AB, Roterdão — Holanda, move contra os requeridos DIRK THEODOROS DELFORTRIE e mulher KARIN ELISABETH DELFORTRIE, com a última residência conhecida em Vale do Lobo — Almancil, desta comarca de Loulé, actualmente ausentes em parte incerta do estrangeiro, são estes requeridos CITADOS de que foi decretado o arresto provisório, nos autos acima indicados, no imóvel constituído pelo lote 630, em Vale do Lobo, inscrito na matriz sob o artigo 2.449 da freguesia de Almancil, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 38.404, a fls. 160 do Livro B-98, tendo os requeridos o prazo de 8 dias, finda a dilação de 30 dias, contados da data da segunda publicação do anúncio, para agravar do despacho que decretou o arresto ou deduzir embargos, ou usar simultaneamente os 2 meios de defesa. O duplicado da petição encontra-se apenso ao processo respeitivo e à disposição dos citados. O arresto foi requerido porque a A. «N. V. Slavenburg's Bank» reclama que os citados não lhes paguem o crédito de 12.671.000\$00, em consequência de empréstimo feito.

QUARTO: — A cessão de quotas, no todo ou em parte, depende do prévio e expresso consentimento da Sociedade, ficando de preferência consignado em primeiro lugar àquela e, em segundo lugar aos sócios.

QUINTO: — A gerência e administração da sociedade em juízo e fora dele, dispensada de caução, e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

Parágrafo primeiro: — Para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos são necessárias as assinaturas dos sócios gerentes Carlos Alberto Antunes Fernandes Pinto e

Loulé, 6 de Novembro de 1981.

O Juiz de Direito,
Jorge Henrique Soares Ramos
O Escrivão de Direito,
a) Américo Guerreiro Correia

Rallye Urbibel Algarve

O Racial Clube... venceu outra vez

(Continuação da pág. 1)

já internacional, foi incluído no Calendário Nacional da modalidade. Esta edição teve como curiosidade, o facto dos concorrentes partirem de diversos pontos do País, à maneira de «Monte Carlo», concretamente de Lisboa, Faro e Sevilha. Em 1974, devido à «Crise do Petróleo», que afectou então todos os países dependentes do comércio com o «Mundo Árabe e em consequência da guerra Israelo-Árabe, as provas não foram além dos gabinetes. Em 1976, já com a designação de Rallye do Algarve, foi inspecionado pelas autoridades desportivas internacionais, com à vista à sua inclusão no Campeonato da Europa.

Incluído no ano seguinte com o coeficiente 1, seria elevado para o nível 2 em 1978, no qual se mantém. A partir de 1980, a prova passou a designar-se Rally Urbibel Algarve. Nova promoção está, desde o ano passado, no Horizonte da Organização. Contudo, como diz João Mealha, «outros valores se têm levantado, e manda quem pode...».

A melhor certeza de que o Rally Urbibel Algarve está no caminho certo e de que os seus méritos justificam um coeficiente superior, é confirmada por diversos observadores estrangeiros credenciados, que o referem como «tão bom ou melhor que muitos dos Rallyes Europeus de coeficiente 3». Acentua-se que em Portugal são feitas as melhores organizações do mundo. Inspetores há que referem «dever o Rallye estar se outras condicionantes não existissem, mesmo no coeficiente 4».

POSIÇÃO NO CALENDÁRIO — A MANTER

Estar ou não colocado no Calendário Nacional e Internacional no final da época, é uma questão dúvida quanto ao interesse na sua manutenção. Para João Mealha «existem vantagens e desvantagens. Se utilizarmos o exemplo do ano passado, em que os Campeonatos Nacional e Europeu, foram decididos no Algarve, tudo indica que «a última palavra» envolve maior expectativa. Se, pelo contrário, tal como este ano, ambos os títulos já estiverem entregues, a tendência é para apoiar a deslocação da prova para outra data.

Há, no entanto, que considerar que Novembro é a melhor época para a promoção turística da Região. No princípio do ano não fazia sentido colocar duas provas grandes em Portugal, a meio da época não há datas e no Verão, o Algarve está já suficientemente publicitado. Há pois que manter».

O Rallye tem vindo a ser modificado para melhor. Dizem-

— no os que o têm treinado. Quanto ao seu perfil, em etapas e rondas não está muito diferente, apenas tendo sido alterado o tipo de classificativas. Este ano houve maior preocupação quanto aos pisos embora o facto de não ter chovido, tendo mantido o terreno consistente e sem lama, vá originar grande poeira à passagem dos concorrentes.

O Rallye mantém-se duro, essencialmente pela sequência e traçado e não pelo piso. Em contrapartida, a existência de duas rondas em cada etapa facilita os treinos. Nos aspectos gerais, a centralização na Aldeia das Açoeteias facilita toda a gente, em particular a Informação e a Organização, sentindo que «estamos no bom caminho», concluiu o Director da Prova.

NÚMERO RECORD DE INSCRITOS

Com um número record de inscritos no Algarve — 139 — os noventa e tal do ano passado foram largamente superados e creio mesmo que desde 1974 é um recorde nacional! A esmagadora maioria dos inscritos «deve estar presente», havendo casos de iniciados que «fizeram as duas primeiras provas do Campeonato apenas para obter a licença desportiva e assim poderem vir ao Algarve», confia o responsável máximo pela segunda maior prova nacional.

Dos cento e trinta e nove inscritos que depois passou para cento e quarenta e cinco, apenas apareceram à partida no «QUARTEL GENERAL» do TOURING AÇOTEIAS 117 que ao longo de quatro dias (e convém recordar que foi a 5 de Novembro que se iniciou a etapa primeira) iriam percorrer o ALGARVE no seu todo, desde o MAR A SERRA, sem esquecer o BARROCAL, numa triangulação perfeita, numa autêntica aguarela algarvia, inspirada ali, na ternura dos pinheiros que tornam o TOUDING AÇOTEIAS, o aldeamento dos contrastes que a natureza pintou e onde ainda nenhuma árvore faltou à chamada.

Foram vinte e oito as classificativas, grande parte dominadas por um Senhor que veio da terra de sua majestade, chamado Malcolm Wilson, mas que não conseguiu ser rei entre nós, pois na luta de se encontrar se desencontrou e depois de mais algumas escaramuças que o escuro da Serra de Monchique (por duas vezes) nostálgico e firme arquitectou, lá surgiu no mastro mais alto do Rallye e sem repetições o nome do grande triunfador: SANTINHO MENDES.

Acabou o RALLYE URBIBEL ALGARVE, pensado e desenhado na antiga mas majestosa

AGÊNCIA DOCUMENTAÇÃO DO SUL de Noélia Maria F. Ribeiro

TRATAMOS DE:

- Legalização de automóveis estrangeiros (emigrantes)
- Renovação de cartas de condução
- Averbamentos ou substituição de livretes
- Títulos de propriedade
- Licenças de Circulação
- Declarações
- Requerimentos ou qualquer documentação comercial
- Seguros

Rua Maria Campina (antiga R. da Carreira)
Telefone 63103 — LOULÉ

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário:

Licenciada Soledade Maria Pontes de Sousa Inês

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º 69-B, de fls. 145, a 147, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação, outorgada em cinco do mês corrente, na qual José Vargens Dionísio, e mulher, Maria da Cruz Guerreiro, casados no regime da comunhão geral, residentes em Loulé, na Rua Antero de Quental, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, do seguinte prédio:

Rústico, no sítio da Campina de Baixo, freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, composto de terra de semear com árvores, a confrontar do norte com Francisco Pires, sul Manuel Galante, nascente estrada e do poente com Crisóstomo Mealha, está inscrito na respectiva matriz sob o artigo 7.373, com o valor matrício de 8 480\$00, e o declarado de 100 000\$00, sendo titular da inscrição o justificante marido, à parte do descrito na conservatória da área sob o n.º 15 317, a fls. 110, verso, do livro B-39, de que é titular José António Dionísio: foi adquirido pelos justificantes, em 11 de Dezembro de 1975 a Maria Solange Dionísio Guerreiro ou Maria Solange Dionísio Barracha e ao marido António de Brito Barracha e a Maria dos Anjos Dionísio Guerreiro, solteira,

VENDE-SE

APARTAMENTO com 3 assoalhadas na Rua Ascenção Guimarães, 48-3.º, Esq.º, em Loulé.

Informa no próprio local.

EMPREGADA

Oferce-se para serviços de contabilidade, mecanográfica ou manual (com longa prática) ou qualquer outro serviço compatível.

Nesta redacção se informa.

VAI VIAJAR? CONSULTE:



NORTUR

AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO

TRATA DE PASSAPORTES, VISTOS, VIAGENS
DE AVIÃO, COMBÓIO E AUTOCARRO

LOULÉ — Praça da República, 24-26

Telef. 62375 (Frente à Câmara)

FARO — Rua Conselheiro Bivar, 58

Marcações em Hoteis

Telef. 22908 e 25303

maior, residentes habitualmente em Loulé e Venezuela, respectivamente (escritura de compra e venda a fls. 87 verso, do livro 86-A, do 1.º Cartório desta secretaria).

Que estes possuíam o dito prédio, por elas o haverem herdado de seus falecidos pais Manuel Nunes Guerreiro e mulher, Maria da Piedade Dionísio, com última residência habitual neste vila (freguesia de São Clemente), casados que foram em comunhão geral, de quem eram as únicas herdeiras (escritura de habilitação de hoje, fls. 143, verso, deste livro).

E que estes últimos — pais e sogros dos citados vendedores — houveram o mesmo prédio em partilhas por óbito da mãe dela e avó daqueles: Maria da Piedade que foi casada em primeiras núpcias dela com José António Dionísio, dito titular da inscrição predial, em comunhão geral, com última residência habitual na Campina de Baixo — dita freguesia de São Sebastião.

Que na partilha — que nunca chegou a ser reduzida a escritura pública — foi aquele prédio adjudicado à falecida Maria da Piedade Dionísio e marido Manuel Nunes Guerreiro, em pagamento do quinhão hereditário dela, ainda como 24/avos do artigo antigo — 1633, rústico, da mesma freguesia — que corresponde ao actual prédio e nos mesmos termos foi adquirido pelos ora justificantes, pertencendo o referido bem, desde 1943 — data da citada partilha — aos ditos Manuel Nunes Guerreiro e mulher Maria da Piedade Dionísio (e após a morte destes às filhas Maria Solange e Maria dos Anjos) que o possuíram em nome próprio, pacífica, contínua e publicamente sem a menor oposição de quem quer que fosse não tendo todavia dado o modo de aquisição possibilidade de comprovar o seu direito pelos meios normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, onze de Novembro de mil novecentos e oitenta e um.

O Terceiro Ajudante,
Maria de Fátima Salvador
de Jesus Correia

Entrevista com Cabrita Neto

Tem que se pôr em execução uma política de crédito

Ex-Presidente da CRTA, actualmente Deputado, representante da Secretaria de Estado do Turismo na Comissão Regional de Turismo do Algarve, homem que vive os problemas do turismo, Cabrita Neto apareceu ultimamente como tendo sido convidado para assessor do SET.

Por outro lado, Cabrita Neto tem produzido declarações críticas a propósito do rumo que o turismo português tem vindo a seguir, revelando um certo desencanto.

Por tudo isto, PUBLITURIS entendeu oportuno entrevistar Cabrita Neto, aliás um interlocutor fácil, que não rodeia as questões, que usa uma certa frontalidade na abordagem dos problemas que lhe são postos.

Naturalmente, que não se trata de uma entrevista exaustiva, mas antes centrada em pontos tidos como mais candentes.

Por isso, começámos por perguntar a Cabrita:

— Apareceu na imprensa que teria sido convidado para assessor do Secretário de Estado do Turismo. Confirma o convite? E aceitou-o?

— Em primeiro lugar gostaria de responder à essa questão por partes. É óbvio que, como homem do turismo, tendo colaborado nestes últimos anos com membros do governo e das mais diversas cores políticas nomeadamente do PS, CDS e, pela

segunda vez, tendo oportunidade de ter como secretário de Estado do Turismo um elemento do partido onde milito. Gostaria de salientar que em minha opinião o turismo não deve ser politizado e muito menos partidizado.

Como actividade económica que é deve assentar numa total abertura de espírito para que a colaboração entre as pessoas se realize abertamente

— continuou Cabrita Neto para depois concluir:

— Com efeito o sr. secretário de Estado do Turismo, dr. Nandim de Carvalho, perguntou-me se estaria disposto a colaborar. Em resposta, disse-lhe que naturalmente que o faria no âmbito de

coordenador do grupo Parlamentar do PSD para o Comércio e Turismo, no âmbito da CRTA e nos mais diversos âmbitos do turismo nacional, mas sem qualquer estatuto especial.

Ora a qualidade de assessor que um semanário indica para a minha pessoa nunca me foi posto, pois naturalmente também não a aceitaria.

— Voltando à Secretaria de Estado do Turismo, gostaria que se pronunciasse sobre a importância de, pela primeira vez, a SET estar directamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros e ter assento permanente no Conselho de Ministros para Assuntos Económicos?

— Penso que é muito positivo. Finalmente vamos a caminho do objectivo que não só eu, mas muitos homens do turismo tem pugnado, ou seja que num futuro mais ou menos próximo possamos ter um ministério do Turismo. O facto da SET estar dependente da Presidência do Conselho de Ministros vai dar ao secretário de Estado maiores possibilidades de coordenar o sector turístico com os outros ministérios, donde depende que se a totalidade das iniciativas, tanto no sector de infraestruturas, como transportes e crédito que infelizmente ainda não foram inteiramente desbloqueadas e que tem condicionado negativamente o desenvolvimento da actividade turística em Portugal. Está pois de parabéns o turismo por este passo em frente.

— Porque se referiu ao crédito e por estarmos numa fase em que anuncia para breve a saída do RIFIT reformulado, gostaria que analisasse a política creditícia e fiscal que deve ser seguida em vista a permitir o crescimento adequado do parque hoteleiro português por forma a evitar-se o estrangulamento da oferta turística nacional...

— Nunca percebi o RIFIT

— continuou Cabrita Neto — nem se foi feito com intenções de satisfazer o legislador, pois à partida verifiquei que era impraticável a sua implementação na versão original.

Pergunta-me que política de crédito? E eu respondo com outra pergunta: já teria havido em Portugal, até hoje, alguma política de crédito para o turismo?

Lamento dizer que, pela experiência que tenho tido em vários casos concretos, nunca tivemos uma verdadeira política de crédito para o sector turístico. Lamento dizê-lo, mas pelos problemas concretos que me tem sido postos e cujas soluções alguns deles ainda não encontraram e outros demoram quase que eternamente, tem posto em causa todo o desenvolvimento turístico do nosso País. Acrescentaria mesmo que a actual política de preços deve-se em parte à política de crédito ou à sua não existência, porque as empresas hoteleiras nos seus cálculos de preços de custos, além da inflação normal tem que contar efectivamente com encargos financeiros absolutamente inacreditáveis para um sector que é primordial para Portugal.

— Isto pressupõe, pelo que acaba de declarar, que o turismo em Portugal precisa de ser urgentemente repensado, criando-se instrumentos creditícios e fiscais capazes de permitirem o seu crescimento em bases sólidas.

— Eu não diria que tem de ser repensado, porque tudo isto já foi pensado, repensado e tornado a pensar. Eu admito é que tem que se pôr em execução uma política de crédito e fiscal. Porque o pensar, organizar mais grupos de estudos e de trabalho, mais comissões, etc., nada resolve. Há estudos já feitos, há a realidade nua e crua que nos dão a certeza que terá de haver imediatamente uma nova política de crédito e fiscal, pois caso contrário a actividade turística sucumbará por não haver investimento. E quando falo em

(continua na pág. 6)

Ponte de Tavira vai ser reparada

A velha ponte romana de Tavira foi classificada como imóvel de interesse público, por despacho do secretário de Estado da Cultura sob parecer da Comissão Nacional Provisória de Arqueologia.

Entretanto, estão para breve os trabalhos de reparação da ponte, a efectuar pela empresa «Etermas», depois das dificuldades que têm sido levantadas pela Direcção-Geral das Pontes no auxílio pedido para elaboração do projecto de reparação e consolidação.

PILULAS DE ALHO ROGOFF

EXTRACTO CONCENTRADO DE ALHO FORTE



ROGOFF

PARA CHEGAR À MESMA IDADE E ESTAR AINDA FRESCO E CHEIO DE VITALIDADE
TOME AS FAMOSAS PILULAS

Preparado por:
Wolim Pharma
(ALEMANHA OCIDENTAL)

Representantes:
CREFAR - Representações, Lda.
Rua da Madalena, 171-2.
LISBOA - PORTUGAL

PARA SI que trabalha em França

Realize desde já o seu sonho e fique pagando menos do que uma renda.

ANDARES, VIVENDAS E LOJAS,
TENHO A SEU GOSTO NO ALGARVE

R. SANTOS

39 Rue des Pyrenees 75020 PARIS Telef. 3730624

Venha comprovar todas as 16 novas vantagens da Ford Transit 1981



Conheça a Transit 1981. Que lhe oferece mais 16 novas vantagens. Eis algumas:

- Ampla porta traseira de abertura vertical
- Grandes faróis quadrados de halogénio
- Eficiente equipamento de insonorização
- Cabina muito mais atraente
- Garantia de 12 meses ou 20 000 km

Venha comprovar todas as vantagens da nova Transit. Visite-nos, agora mesmo!

Ford Transit, o veículo comercial mais vendido em Portugal



Simbolo de robustez

fiaal

FOMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA
DO ALGARVE, LDA.

LARGO DO MERCADO, 2 a 12 - TELEF. 23061/7 - 8000 FARO
RUA CÁNDIDO GUERRERO, 38 - TELEF. 23061/7 - 8000 FARO

Acidentes de trabalho no meio agrícola

Os acidentes de trabalho na agricultura podem ser agrupados segundo a OIT/OMS, em três categorias principais: os que ocorrem durante os trabalhos nos campos, os que têm lugar no interior ou nas proximidades dos edifícios e os que são devidos a causas diversas.

ACIDENTES QUE OCORREM DURANTE OS TRABALHOS NOS CAMPOS

Neste grupo são considerados os acidentes que surgem, por exemplo, como resultado da deficiente utilização das máquinas agrícolas (tractores, desbuhadoras, frezes, combinadas, etc) e que representam uma parte importante do total de acidentes verificadas na agricultura. Essa importância resulta não só pelo número de acidentes que ocorrem, mas principalmente pela sua elevada gravidade.

As condições, muitas vezes adversas, do meio em que o próprio trabalho se desenrola é propício à ocorrência de acidentes. Assim, as temperaturas extremas, a chuva, a luminosidade, as poeiras em suspensão e os insectos, são factores que, entre outros, obrigam a um trabalho sem um mínimo de con-

forte que podem estar na origem de muitas situações perigosas.

ACIDENTES OCORRIDOS NO INTERIOR OU NAS PROXIMIDADES DOS EDIFÍCIOS

Os acidentes correspondentes a este respeitam à utilização de ferramentas, englobando — se neste título genérico, por comodidade, todo o material de utilização agrícola, como enxadas, forquilhas, pás, serras mecânicas fixas ou portáteis, os aparelhos de soldadura, as máquinas de ordenha e outro equipamento de utilização corrente na agricultura, cujo manuseio requer a adoção de medidas de protecção adequadas.

Mesmo nos países onde a agricultura atinge um grau elevado de mecanização, há uma proporção elevada de acidentes, devidos à manipulação incorrecta de utensílios e ao emprego inadequado de ferramentas que muitas vezes são mal concebidas.

Numerosos acidentes ocorrem devido à falta de arrumação do material agrícola no interior dos edifícios e seus arredores.

Outros acidentes que se podem englobar neste grupo são os que resultam, por exemplo, da má protecção ou falta

de sinalização de fossos silos, poços de água, etc.

Podem-se ainda englobar aqui os acidentes que ocorrem como consequência de falta de cuidado no trato dos animais em exploração, ou de deficiências nas construções impossibilitando a realização de trabalhos seguros.

ACIDENTES ORIGINADOS POR CAUSAS DIVERSAS

Muitos acidentes são características em certas regiões como é o caso de situações onde aparecem determinados riscos resultantes da presença de insectos e répteis venenosos, por exemplo.

Outra ocorrência particular diz respeito aos riscos especiais inerentes a certas culturas como as de arroz, algodão, tabaco, amendoim, tomate, vinha, etc.

Neste grupo assumem particular importância os riscos resultantes da electricidade. Este tipo de energia tem uma aplicação cada vez maior na exploração agrícola, o que tem originado muitos acidentes devido ao desconhecimento do risco que ela representa quando indevidamente utilizada.

Abílio Ferreira Coutinho
Eng.º Agrônomo

Entrevista com CABRITA NETO

(continuação da página 5)
crédito gostaria de salientar que, considerando os magros recursos financeiros de que dispomos, o crédito deve ser selectivo não só no tipo de equipamentos a apoiar como também nas regiões onde se vão situar.

A actividade turística não pode nem deve ser um trampolim de benesses baristas, mas sim uma actividade económica em que as decisões devem ser tomadas com base na realidade e das suas potencialidades e não para satisfazer amigos, e clientela política ou regional.

Portugal como destino turístico é muito pequeno. É necessário que se promova um maior desenvolvimento naquelas regiões que estão predestinadas e que estudos feitos nos garantem à partida êxito, isto sem menosprezar outras regiões menos desenvolvidas no sector turístico que também devem ser todas com equipamentos à altura das necessidades dessas mesmas regiões, mas devem ser definidas prioridade, pois não podemos dar-nos ao luxo de andar a espalhar verbas que são efecti-

vamente escassas num País como o nosso.

— Falou agora nas regiões. Gostaria, por isso, que nos desse uma síntese do seu conceito sobre regionalização.

— Eu sou totalmente pela regionalização turística do País. Penso até que estamos a demorar demasiado com essa regionalização. Naturalmente, que entendo que a regionalização não pode ser feita contra e tendo a oposição das autarquias. Mas também não se pode ficar à espera que essas autarquias se unam, convergem e mentalizem. O Governo tem a responsabilidade de ir a essas regiões fomentar reuniões, apontando exemplos positivos de algumas regiões do País e fomentar essa mesma regionalização e não continuar a ser mero expectador. Por outro lado, a regionalização é algo de complexo que tem de ter em conta as potencialidades das regiões e não entrar em fantasias de mini-regiões, onde à perda não existam receitas capazes para outra coisa que não seja pagar a renda da casa, luz e telefones. Considero ainda importante o aspecto de complementaridade com outras regiões limítrofes.

Recordo, a propósito, que quando o dr. Alberto Regueira era secretário de Estado foi apresentado, apesar de tudo, um projecto de regionalização. Era controverso mas, em minha opinião, era o ponto de partida. O projecto foi parado e, na prática, além de uma ou duas regiões que apareceram, no resto do País tudo continua por resolver. E no domínio da regionalização também importa pôr em prática uma política em que não se privilegiem Câmaras Municipais, nem Governo, nem Actividade Turística, mas sim um equilíbrio correcto entre estes três vectores fundamentais para o sector.

OS RISCOS DA CAÇA

A prática da actividade venatória está muito difundida e é muito apreciada no nosso País. Mais por força do seu exercício do que pelos benefícios que dela colhem, as pessoas trocam o ambiente poluído da cidade pelo ar puro das serras e dos vales, ao mesmo tempo que caminham quilómetros, exercitando os músculos, tonificando-os e libertando-os de toxinas.

Mas esta actividade de tão grande utilidade para o Homem, também tem os seus riscos. É destes riscos que vamos falar e vamos fazê-lo referindo-nos apenas à caça mais vulgarizada entre nós, que é a vulgar caça aos coelhos, perdizes, rolas, etc..

Nos acidentes de caça, o caçador aparece tanto como causador como vítima do acidente. No primeiro caso, pode atingir accidentalmente um ou outro trabalhador entretido no amanho das terras. No segundo caso, pode ser atingido por tiros de outros companheiros, pode ser vítima do mau funcionamento da sua arma ou da deficiente qualidade das munições. Pode ainda cair e a sua própria espingarda disparar, ferindo-o ou matando-o.

Outro perigo muito frequente advém da existência de poços sem protecção e sinalização, encobertos por silvas onde se acoitam os coelhos. Quantos caçadores neles têm encontrado a morte!

Urge, pois, prevenir os adeptos da caça contra estes riscos conscientizando-os para um pequeno número de regras de segurança. Algumas destas regras podem parecer superfluous pois nem sempre o seu acatamento é a causa do acidente. No entanto, têm sido muitas as vítimas do seu desrespeito.

Vejamos, então, algumas destas regras:

- Verificar o bom estado de funcionamento e lubrificação da arma;
- Utilizar sempre munições de confiança;
- Transportar a espingarda de cano voltado para baixo, travada e sem o dedo no gatilho;
- Quando em grupo em linha, evitando expôr-se a si e aos seus companheiros ao fogo das armas;
- Procurar informar-se da existência de outros caçadores nas proximidades;
- Verificar se não existe qualquer pessoa na linha de fogo;
- Ter muito cuidado com os

arames que dividem terrenos e acutelar-se bem junto das medas ou de barreiras de silvas que podem ocultar um poço ou uma vala.

O consumo da caça proveniente de animais portadores de doenças nocivas à saúde constitui outro risco.

Nestes casos, deve rejeitar-se toda e qualquer peça cujas vísceras apresentem indícios suspeitos de doença, enterrando-a profundamente ou destruindo-a pelo fogo a fim de evitar o contágio a outras espécies.

ASSINE
"A VOZ DE LOULÉ"

VENDEM-SE

apartamentos com 3 assoalhadas, na Rua Quinta de Betunes, n.º 16, em Loulé.

Tratar com Bernardino Rosa no local ou pelo Telefone 63233 — LOULÉ.

Pensam... mas não dizem

— Felizes os que respeitam as minhas mãos enrugadas e os pés deformados.

— Felizes os que falam comigo apesar dos meus ouvidos já não entenderem bem as suas palavras.

— Felizes os que compreendem que os meus olhos começam a não ver e as minhas ideias a ficarem baralhadas.

— Felizes os que com um sorriso perdem tempo a conversar comigo.

— Felizes os que nunca dizem: «é já a terceira vez que me conta essa história».

— Felizes os que me ajudam a lembrar coisas de antigamente.

— Felizes os que me dizem que gostam de mim e que ainda presto para alguma coisa.

— Felizes aqueles que me ajudam a viver os últimos dias da minha vida.

HUMOR

4 amigos são apanhados a jogar cartas, o que é proibido por lei. Ao interrogatório o 1.º diz que não estava a jogar nada, r só estava a falar com os amigos, o 2.º nega também que estivesse a jogar pois era de fora e só tinha vindo à terra para ver a bola, o 3.º negou também a jogatina porque se ali estava era porque esperava um amigo para tratar de negócios. O polícia, irritado, volta-se para o 4.º parceiro e pergunta-lhe:

— E o senhor? Também é capaz de dizer que não estava a jogar?

— Eu? — responde o fulano — a jogar com quem?

RELOJOEIRO PRECISA-SE

Oficial de 1.ª para ourivesaria em Loulé.

Nesta Redacção se informa.

(858)

EDIFÍCIO S. JORGE

VENDA DE ANDARES

QUARTEIRA

VISTA PANORÁMICA — PISCINA
PARQUE DE ESTACIONAMENTO
ZONA RESIDENCIAL TORRE D'ÁGUA


ECOR —
EMPRESA
DE
CONSTRUÇÕES
DO
CORRO LDA.

Urbanização Torre d' Água

Telefone 34643 — 8100 Quarteira

URBINVEST
COMPRA — VENDA
APARTAMENTOS
MORADIAS

Complexo Comercial
Quarteirasol
8100 QUARTEIRA

«A Voz de Loulé» esteve presente na XXVI Semana Internacional do Cinema de Valladolid

(continuação da pág. 1)

Sendo uma das mais antigas cidades de Espanha, Valladolid já foi capital do país vizinho e hoje marca posição de grande relevo na senda dum extuante progresso que todo o país tem experimentado nos últimos anos.

Situada no coração da Península Ibérica, Valladolid localiza-se no trajecto normalmente seguido pelo tráfego que se dirige do norte de Portugal para França e a sua importância pode ser analizada pelo número dos seus habitantes, estimado em cerca de 400 000 e portanto mais do que a população do Algarve. O nível de vida dos seus habitantes não só é perfeitamente visível, como é também claro testemunho do valor de uma cidade que teve como pioneiros homens de vidas largas e que há séculos delinearam aquela que é hoje a zona antiga mas cuja larguezza de ruas está perfeitamente compatível com o movimento de uma moderna cidade.

A amplitude das novas avenidas que dão acesso ao centro são testemunho dum progresso que está patente na grandeza dos modernos edifícios e no seu extraordinário movimento rodoviário.

Mas é evidente que o valor de uma cidade não se mede apenas pela imponência dos seus edifícios ou dos monumentos que nos falam dum passado histórico.

Os numerosos estabelecimentos de ensino, frequentados por largos milhares de alunos atestam o nível cultural dessa grande cidade que é Valladolid, cujos ricos museus, monumentos e igrejas nos dão uma imagem de um povo com largas tradições culturais.

Não admira, pois, que a 7.ª arte tivesse encontrado em Valladolid ambiente propício para se afirmar como um centro de grande atracção para profissionais e apaixonados do cinema.

E a tal ponto esta cidade tem correspondido que já foi possível organizar a XXVI Semana Internacional de Cinema e atrair não apenas filmes de todo o mundo mas também do melhor que se tem produzido em cinema de espírito criativo e cultural e que representa autêntica mostra dos valores representativos dos países de origem.

Além de ajudar o público a escolher o que de melhor pode apreciar, o Festival tem também por objectivo abrir novos caminhos para o espectador e estudiosos de cinema, além de que possilita o aparecimento de novos valores através da obrigatoriedade dos cinemas apresentarem películas de curta metragem produzidas ao critério de principiantes que desta forma se sentem estimulados para mais largos voos.

O Festival de Valladolid é também uma autêntica festa de confraternização entre críticos, realizadores, actores, homens da indústria e criadores da arte e ainda uma plataforma de lançamento de películas com duplo adjetivo de maior difusão do cinema espanhol no estrangeiro e melhor intercâmbio com outros países.

Para que o leitor melhor se

EMPREGADO

De 17 a 22 anos, precisa-se.

Dirigir carta manuscrita ao n.º 150 deste jornal.

A BOLSA DE MERCADORIAS DE FARO (3)

(continuação da pág. 1)

certifique da credibilidade desse Festival, podemos acrescentar que estiveram presentes em Valladolid filmes dos seguintes países: Austrália, Bélgica, Argélia, Brasil, Cuba, Checoslováquia, Espanha, E. U. A., França, Inglaterra, Grécia, Holanda, Hong-Kong, Hungria, Índia, Irão, Itália, México, Polónia, Portugal, República Federal da Alemanha, Roménia, Suíça, U. R. S. S. e Jugoslávia.

Isto diz muito do mérito da iniciativa e da persistente batalha travada por homens de Valladolid cuja paixão pelo cinema vem mantendo crepitante uma vela acesa há 26 anos para prestígio de uma cidade que se orgulha dos seus pergaminhos e de iniciativas que a população e entidades oficiais não se esquecem de apoiar, para maior projeção da sua região em particular e do país em geral.

Tanto os homens que tiveram a iniciativa desta importante realização como os que lhe têm dado continuidade revelam um esforçado dinamismo e grande tenacidade, pois a complexidade de um Festival de Cinema com o nível de Valladolid é algo que só pode ser avaliado por quem se aperceber dos problemas inerentes à exibição de uma centena de filmes no curto espaço de uma semana em quatro cinemas. Há ainda que tomar em consideração a presença de centenas de convidados nacionais e estrangeiros aos quais foi fornecida gratuitamente hospedagem e alimentação.

Trata-se, como é evidente, de uma complexa «máquina» que exigiu uma numerosa e dinâmica equipa de trabalho, a qual não se poupou a esforços para que tudo corresse da melhor maneira não apenas quanto ao integral cumprimento do programa estabelecido como também nas informações que prestavam à imprensa através de numerosos elementos e também de um boletim publicado diariamente para melhor esclarecimento de quantos se interessaram por este tão importante certame.

E é fácil apercebermo-nos do interesse do público por este tipo de espectáculos pois que, apesar dos programas apresentados pela TVE, os cinemas tiveram uma larga frequência diária quer nas sessões que se realizavam às 11 da manhã ou às 4 horas da tarde, e com lotações esgotadas nas sessões da noite mesmo quando estas se iniciavam às 11 horas.

Graças a um amável convite da comissão organizadora da XXVI Semana Internacional do Cinema de Valladolid, foi facultada ao director do nosso jornal a excelente oportunidade de conhecer não apenas a monumental, moderna e das mais importantes cidades de Espanha, como também uma linda região do país vizinho que lhe era completamente desconhecida. Ficámos também muito enriquecidos com os filmes a cuja exibição assistimos, os quais nos deram uma panorâmica muito realista do cinema actual, com as suas qualidades e defeitos. Será acerca deste tema que desenvolveremos a nossa próxima crónica.

intervenção dos deputados do Algarve para o assunto.

Na verdade, não se comprehende de como é que existe tanta abulia entre os políticos, quando se trata de defender os legítimos interesses dos pequenos lavradores do Algarve — e dizemos pequenos porque são minifundiários na verdade, como se depreende se dividirmos o valor actual das 40 000 toneladas de alfarrobas, 10 000 toneladas de amêndoas e outro tanto, ou menos, de figos (cerca de um milhão e trezentos mil contos) por 20 000.

São cerca de 65 contos por lavrador e por ano. Por isso o lavrador do Barrocal está a desaparecer, ou emigrando, ou deslocando-se para a beira-mar, para lugares onde existe abundância de água para estabelecer hortas de laranjais e fazer a cultura de flores.

Torna-se, porém necessário assegurar a sustentação da área semi-árida do Barrocal, para não se dar aquilo a que já se chamou a Desertificação do Algarve...

O eng.º químico José Maria do Nascimento, professor catedrático da Faculdade de Farmácia de Lisboa, já o disse numa magistral conferência na Casa do Algarve e repetiu-o no Congresso do Racial Clube de Silves, da Aldeia das Açoiteias, de Maio de 1980, ao tratar da alfarrobeira como factor de desequilíbrio ecológico e de desenvolvimento do Algarve.

Afirmou que a diminuição rápida das reservas de combustíveis e as suas consequências, que se farão sentir a curto prazo, faz ressaltar o facto muito esquecido de que a Agricultura é o processo determinante que permite armazenar a energia solar sob a forma de energia química, sem a qual não pode existir vida animal e, muito menos, vida social.

E nesta ordem de ideias as actividades agrícolas e afins devem passar a ter como primeiro objectivo, maximizar a captação de energia solar sob a forma de bio-massa.

Ora, é intuitivo que as espécies básicas a utilizar deverão ser seleccionadas de acordo com os factores climáticos e de solo e outros constrangimentos económicos e de ordem sócio-cultural, referentes às populações locais.

E como o Algarve é uma região semi-árida, com dificuldades de obtenção de água em parte do seu litoral, e elevada percentagem de terreno impróprio para a Lavoura, temos que pensar num tipo de actividade agrícola, que satisfaça, ao mesmo tempo, os seguintes objectivos:

1.º — Adaptação à situação da aridez.

2.º — Defesa do solo contra a erosão.

3.º — Utilização económica das plantas.

4.º — Minimização dos custos de exploração.

É intuitivo que as plantas que satisfazem a estas condições se dividem em 2 categorias:

Ma. Conceição Urpina

MÉDICA

NEUROLOGISTA

CONSULTAS

e

CONSULTÓRIOS:

R. Padre António Vieira,

18 — LOULÉ

Centro Médico

PONTAÍM

a) Plantas locais de exploração tradicional.

b) Plantas originárias de regiões com climas idênticos e cuja introdução na Agricultura algarvia se justifica, atendendo aos objectivos atrás indicados.

Ora, de entre as plantas locais, a alfarrobeira apresenta-se como uma espécie particularmente bem adaptada à zona do Barrocal algarvio, o que, porém, nunca foi encarado de modo a aproveitar todas as suas potencialidades de defesa ecológica dos terrenos acidentados.

Por isso se afirma que a indiferença a que tem estado sujeito o melhoramento do Barrocal algarvio, tal indiferença tem sido causa e efeito do baixo rendimento económico da exploração da alfarroba.

Até agora apenas as sementes ou seja 10% do seu peso, tem encontrado utilização industrial importante, nas indústrias alimentares, farmacêuticas, textil, de papel e mineira — cerca de 20 aplicações diferentes.

A polpa da alfarroba — conhecida por triturado, tem, pelo menos, 7 aplicações diversas: rações para o gado; álcool puro (5 kg que se vendiam a 8800 o kg, na Bolsa de Mercadorias de Lisboa, rendem 1 litro de álcool puro que tem o preço político de 160\$00, na venda ao público); aguardentes (2 kg de triturado = 16\$00 rendem 1 litro de aguardente de 40 graus, cujo preço sobe a mais de 80\$00 o litro; licores negros; chocolates (substitui o cacau que se importa a 140\$00/kg); biscoitos; bala-chás, etc.

Devido ao conteúdo em tanino, exporta-se o triturado para Inglaterra e Suécia e outros países de pastagens naturais verdes abundantes, para combater a disenteria do gado leiteiro, fazendo aumentar, em consequência, a produção de leite.

E com o aumento do preço dos combustíveis fosseis e sua

raridade, tal como já o fazem outros países, nomeadamente o Brasil, e com o desenvolvimento tecnológico na operação fermentativa do triturado da alfarroba, antevê-se que dentro de breve este fruto passará a ter aplicação maior do que até agora.

Há já estudos agronómicos sérios feitos na Direcção Regional de Agricultura do Algarve, que antevêem a produção de alfarroba no Algarve em 400 000 toneladas anuais, ou seja dez vezes mais, do que actualmente.

Convém também esclarecer que há hoje uma técnica agrícola especializada, do conhecimento do eng.º José Maria do Nascimento, que permite, através de enxerto na planta ainda na estufa de nebulização, e depois transplantada para o ar livre, esta começa a produzir frutos ao fim de 6 anos — ao contrário da técnica tradicional isso acontece apenas ao fim de 20 anos.

Dissemos acima que a Conferência do catedrático eng.º José Maria do Nascimento, não só na Casa do Algarve, como no Congresso das Açoiteias, não teve qualquer repercussão na Província, o que nos leva a concluir que o assunto não tocou quem dirige superiormente aquele órgão regionalista, nem a política estreita dos deputados da Nação.

Esperamos, porém, que os economistas regionais que orientam a criação da Universidade do Algarve, equacionem, em termos económicos, este problema de valorização dos frutos secos algarvios, que tanto afecta os numerosos emigrantes algarvios no estrangeiro!

Lisboa, 1/11/81.

A. DE SOUSA PONTES

(economista)

GAGO LEIRIA

MÉDICO ESPECIALISTA

DOENÇAS DE CORAÇÃO
ELECTROCARDIOGRAMAS

Consultas — 2.º, 4.º, e 5.º a partir das 15 horas

Electrocardiogramas — Dias úteis

das 9 às 13 e das 15 às 19 horas

PRAÇA ALEXANDRE HERCULANO, 29-1.º

(Antigo Largo da Lagoa)

TELEF. 28828 — 8000 FARO



APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE
CONCEIÇÃO FARRAJOTA

COMPRA, TROCA E VENDA DE PROPRIEDADES
APARTAMENTOS E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO
E AGRICULTURA

FACILITA PAGAMENTOS

Residência: Rua D. Afonso III, r/c, frente, lote 22
(Junto ao Restaurante Minho) 8100 QUARTEIRA

(Atende por telefone das 20 às 22 h.)

Escritório: Av. Marçal Pacheco, n.º 4 — LOULÉ
(junto à casa de bicicletas José Fome). Atende
pessoalmente ou por telefone 63363 — LOULÉ,
das 11 às 12 horas

QUARTEIRA:

Do Mercado à Fonte Santa

(Continuação da pág. 1) pesquisa e reaccionado com o chamado «Bairro dos Pescadores», em Quarteira e onde vivem ou sobrevivem algumas centenas de famílias, quase todas oriundas das ex-colónias, que agarradas ao desespero, aguardam pela chegada de melhores dias.

O trabalho a que nos referimos, da inspiração do Dr. José Manuel Mendes Bota, funcionará como «Guia» para se encontrarem soluções para uma mais feliz forma de vida daquele famílias.

Sem esquecer nada, (além de se ter que passar rapidamente do papel, para a realidade e prática) o documento é ainda ilustrado por um magnífico e oportuno trabalho fotográfico que dispõe legendas...

Desde o tipo de emprego ao possuir carro ou não, desde o estar desempregado ou doente, desde ser deficiente ou ir para o emprego de carro, de bicicleta ou utilizando a R. N., desde os

ordenados ao número de filhos e demais familiares a viver em comunhão... tudo isto são dados bem trabalhados e que aparecem como indicadores fundamentais e que obrigarão a uma imediata tomada de posição a quem de direito com base e princípio no poder autárquico, porque foi a inspiradora e criadora do documento.

Não se trata apenas de avançar no tempo, já que é longo o debate quase surdo entre duas razões (habitantes e Câmara) de forma a se pôr urgentemente cobro à situação de miséria (à partida na área da habitação) em que vivem aquelas famílias, como ainda pelo «Bairro» se localizar num dos principais eixos turísticos (Quarteira-Viamoura).

Compete para já ao Município louletano colocar pernas no documento e fazê-lo andar até aos Governantes de forma a que rapidamente se acabe com aquele flagelo.

P. A.

Partidas e chegadas

A passar férias em Loulé, encontra-se entre nós o nosso dedicado assinante sr. António Correia, que se fez acompanhar de sua esposa sr.ª D. Maria do Pilar Ramos Correia.

ALUGA-SE

LOJA na Rua Afonso de Albuquerque, 17, em Loulé.

Informa no próprio local ou pelo Telef. 63372 — LOULÉ.

QUARTEIRATUR

AGÊNCIA IMOBILIÁRIA E TURÍSTICA

ALUGUER, VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE APARTAMENTOS — MORADIAS — TERRENOS

Av. Infante de Sagres, 23

Telef. 33488

QUARTEIRA — ALGARVE

VENDEDORES DE CAMIONS

PARA MARCA REPUTADA.

TRABALHAR NA ZONA DO ALGARVE.

MORADA PREFERENCIAL EM FARO.

TRABALHAR NA ZONA DO ALENTEJO COM MORADA

PREFERENCIAL EM ÉVORA.

PREFERÊNCIA COM EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 3 ANOS

E CONHECEDOR DAS REGIÕES.

Resposta detalhada a CIMPOMÓVEL

SECÇÃO DE PESSOAL

AV. INFANTE D. HENRIQUE, 328 — 1899 LISBOA CODEX

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º 125-B, de fls. 81 a 83, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 27 do mês corrente, na qual Ana Bela Nunes Rosa e marido, Daniel Guerreiro Luísa, residentes nesta vila de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, do seguinte pré-dio:

Urbano, constituído por uma morada de casas térreas, com quatro compartimentos para habitação, com a superfície coberta de sessenta e sete metros quadrados, e logradouro com quarenta metros quadrados, no sítio do Vale da Rosa, freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, confrontando do norte com caminho, do nascente com Estrada de Salir, do sul com viúva de Manuel Coelho Fernandes e do poente com herdeiros de Manuel Cabrita Cortes, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número dois mil trezentos e quarenta e quatro, com o valor matrício de seis mil duzentos e oitenta escudos, encontrando-se, porém, o logradouro omissa na respectiva matriz predial, tendo, no entanto, sido apresentada participação para a sua inscrição, na Re-

partição de Finanças deste concelho, em dois de Setembro findo, conforme se infere do duplicado da referida participação, neste acto apresentado, a que atribuem o valor de trezentos e quatro mil escudos;

Que é titular da referida inscrição matrícia Manuel da Costa Júnior, de quem o mesmo preveio;

Que o prédio urbano propriamente dito está descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob o número catorze mil trezentos e quarenta e cinco, a folhas vinte e uma, do livro B-trinta e sete — encontrando-se também omissa o referido logradouro, naquela descrição predial — e está inscrito na mesma Conservatória, a favor do transmitente José Rosal Costa, pela inscrição número dezanove mil novecentos e setenta e seis, a folhas cento e oitenta e sete, do livro G-vinte e oito;

Que este prédio lhes pertence pelo facto de haver sido comprado pela mulher, em vinte e um de Setembro findo, através da escritura lavrada a folhas cento e treze, do livro número cento e vinte e quatro-B, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, ao referido José Rosal Costa e mulher, Irene de Jesus Mourato de Lima Costa, residentes nesta vila, pelo preço de trezentos e quatro mil escudos;

Que a fim de tornar possível o registo do prédio supra descrito com o seu respectivo logradouro, vêm declarar o seguinte:

A Voz de Loulé, n.º 857, 19-11-81

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DA MOITA

ANÚNCIO

Proc. N.º 2/81
(1.ª publicação)

Pela 1.ª Secção do Tribunal Judicial da Comarca da Moita correm editóis de 30 dias, contados da 2.ª e última publicação do respectivo anúncio, citando o réu Abílio Augusto Branco Lapa, casado, preparador químico, ausente em parte incerta e com a última residência conhecida na Rua da Rainha D. Leonor, 83, em Loulé para, no prazo de 20 dias, findo o dos editóis, contestar, querendo, os autos de Acção de Divórcio Litigioso que lhe move a autora Isabel Maria Marques Ponte, casada, doméstica, pelos quais esta pede para que seja decretado o divórcio entre ela e o réu, sendo este o único cônjuge culpado, sob pena dos autos possuirem à sua revelia.

Moita, 1 de Outubro de 1981.

O Juiz de Direito,
a) Guilherme Augusto
da Igreja

O Escrivão de Direito,
a) Aníbal M. P. de Mira

Que o prédio sempre possuiu o citado logradouro com a área de quarenta metros quadrados, só que, por manifesto lapso, o mesmo nunca figura como elemento da sua composição, tanto na Repartição de Finanças, como na Conservatória do Registo Predial deste concelho; — assim:

O prédio tal como foi descrito no começo desta escritura foi adjudicado e ficou a pertencer a Ana Mealha Rosal e marido, o referido Manuel da Costa Júnior, que fizeram casados um com o outro segundo o regime da comunhão geral de bens e residiram nesta vila, na partilha dos bens da herança aberta por óbito de seu pai e sogro, Manuel de Sousa Viegas, que faleceu no estado de casado segundo o regime da comunhão geral de bens com Ana da Piedade Campina, e que foi residente na Rua de Portugal, desta vila de Loulé, efectuada entre todos os seus herdeiros e interessados, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e trinta e três, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; e

Que por óbito dos referidos Ana Mealha Rosal e marido, Manuel da Costa Júnior, ocorrido, respectivamente, em vinte e três de Agosto de mil novecentos e setenta e quatro, e em trinta de Janeiro de mil novecentos e setenta e seis, o mesmo prédio, com o seu respectivo logradouro, ficou a pertencer ao único filho deste casal, o referido José Rosal Costa, casado segundo o regime da comunhão geral de bens, com Irene de Jesus Mourato de Lima Costa; — sendo também certo,

Que o prédio supra descrito, com o seu respectivo logradouro, sempre foi possuído pelos referidos Ana Mealha Rosal e marido, Manuel da Costa Júnior — desde mil novecentos e trinta e três, data em que o adquiriram, até à sua morte e depois desta pelo seu único filho, o transmitente José Rosal Costa e mulher — em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo assim a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião.

Que em face do exposto não têm efeitos justificantes possibilidade de comprovar o direito de propriedade perfeita dos transmitentes — sobre o citado prédio, com o seu respectivo logradouro — pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 29 de Outubro de 1981.
O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

ALMANSIL

— Entravada povoação
já não espera nem desespera

(Continuação da pág. 1)

progresso da sua localidade, que estão completamente conformadas com o pouco que lhes cabe ou mesmo, sem nada mais.

A povoação de Almansil tem, pela sua situação geográfica e condições naturais, uma importância que deveria merecer dos responsáveis muito mais consideração e atenção às suas necessidades vitais.

Todos os dirigentes político-partidários, em épocas que se aproximam as eleições, tanto autárquicas como legislativas, mostram interesse em fazer saber às populações que estão, deveras, interessados em tudo procurar fazer de encontro às suas necessidades e aspirações.

No estanto, o tempo passa e, na maior parte dos casos, as promessas não se concretizam por vários factores, parte dos quais não são operacionais por excesso de burocracia instrumental, impedindo os meios técnicos e materiais, disponíveis de actuação.

Na realidade, alguns dos responsáveis políticos, ou por ignorância e irresponsabilidade e outros até conscientes, «prometem o que não podem dar», por impossibilidade da máquina que se encontra cristalizada burocraticamente, quando não também por força da dinâmica oposicionista político-partidária, que chega até a ser de características demagógicas, impedindo quaisquer actuação válida.

Assim os políticos acabam por ser os alvos, os incumpridores de promessas, reflectindo-se a insatisfação no desânimo das populações, que, cada vez mais, se acohem ao abstencionismo eleitoral, expressão inerte que só serve e promove os interesses e aspirações ideológicas das classes afectas ao radicalismo dos regimes políticos totalitários, dogmáticos e de opressão colectivizante e também das classes político-anárquicas e seus dirigentes, anti-democratas.

Em Almansil, povoação sede de freguesia das mais destacadas do Concelho de Loulé, qualquer leigo técnico, urbanista ou político, se apercebe de antemão que, o que fundamentalmente falta é um projecto de urbanização, por quanto sem tal não há possibilidades de coordenar, harmonizar e promover o seu merecido progresso urbanístico, que forçadamente se deveria impôr, por necessidade absoluta, em face do futuro que lhe estará, imperiosamente, reservado desde que: «não surje a paralisação total do desenvol-

vimento turístico do Algarve, por irresponsabilidade e incompetência governamental e administrativa regional, neste tão importante e vital sector».

Assim como está, a povoação de Almansil, só lhe resta, como até aqui, esperar ou desenvolver-se sem obedecer a qualquer esboço de modelo, numa anárquica urbanização ao sabor dos ventos políticos e suas rajadas, a castigar mais as classes desfavorecidas, que não encontram onde se alojar em compatibilidade com os seus proveitos e também a todos aqueles que, por estas paragens e zonas limítrofes turísticas, conseguem emprego, trabalho, mas não conseguem alojamento, tanto para os próprios como para a sua família.

A urbanização desordenada de Almansil é lastimosa, falhada dos mais elementares preceitos e condicionalismos, desenvolvendo-se sem regra ao longo da Estrada Nacional, de veredas, caminhos carreteiros asfaltados ou não, a que lhes chamam ruas e estradas mas que são, na realidade, pseudo-estradas ou melhor, nem ruas nem estradas classificadas.

A «Estrada Nacional» que divide a população mais ou menos ao meio é considerada a rua principal, tendo um trânsito automóvel não interrupto e excessivo nas épocas de maior afluente turístico e de emigrantes, sendo a artéria principal e mais perigosa, com engarrafamentos medonhos na época alta de Verão, tendo-se já assinalado diversos acidentes materiais, e mortais mas, nem por tal se vislumbra uma solução para a fatídica situação, como se os acidentes não só de danos materiais como pessoais e mortais fossem acontecimentos de somenos importância, a não justificar a resolução final duma situação a arrastar-se, tragicamente e que põe: «todo o prestígio e dignidade dum Governo em causa assim como, a competência dos altos responsáveis da Junta Autónoma das Estradas».

Na realidade, isto é muito mais haveria a relatar, inclusivamente sobre saneamento básico e seus deficientes e ultrapassados sistemas de implantação. Como não! Se encontrarem as populações desalentadas e incrédulas, a tombarem para a não reivindicação e para o abstencionismo político, na aceitação psicológica de que: «o destino, sem acção, se encarregará de mudar o que os prometedores não conseguiram!»

RELOJOARIA FARRAJOTA

JOSÉ MANUEL DIAS FARRAJOTA

ARTIGOS DE PRATA

Agente Oficial dos Relógios

CERTINA — MAYO-SUPER E RUBI

Especializado em consertos de relógios
mecânicos e electrónicos

CENTRO COMERCIAL DE QUARTEIRA

Loja n.º 4 — Rua Vasco da Gama — 8100 QUARTEIRA

EMPREGADA

Aceito rapariga a partir de 18 anos idade, com carta de condução, falando Francês e Inglês correctamente, para escritório de venda de propriedades, terrenos e apartamentos.

Contactar por telefone 63363, das 11 às 12 horas ou telef. 33852 das 20 às 22 horas, ou pessoalmente na Av. Marçal Pacheco, 4, em Loulé.

MANTA DE RETALHOS!...

(continuação da pág. 1)
qualquer pena, que lhes mandava aplicar o intendente Mina Manique.

Dissemos que dessa época nada sabíamos, mas tendo há pouco andado às voltas com o grande historiador Alexandre Herculano, logo encontrámos que em certos forais, se dizia: «que o incendiário era também enforcado, se a casa queimada valia mais de cinco morabitos...».

E como estava com a mão na massa, logo me recordei de deixar aqui anotadas algumas das penas que constavam em certos forais, por exemplo, este de Tomar e Torres Novas e ainda em outras povoações da alta Estremadura:

«O indivíduo que se achava de noite furtando, alguma coisa em qualquer propriedade rústica tinha de pagar sessenta soldos, se não tinha por onde pagar, pregavam-no por uma das mãos, numa porta por vinte e quatro horas e no outro dia era açoitado...».

— O violador de mulher honesta a ser enforcado; o mesmo acontecendo a um assassino; os caluniadores podiam ir parar ao troco, onde eram metidos por nove dias, sem direito a comida; se neste caso fosse uma mulher, era levada ao reitor da povoação e iam sendo azorragadas. Quando houvessem ferimentos que davam origem à morte do ferido, os caudadores iriam parar à força.

Ainda e segundo um foral de 1331, em Santarém e noutros concelhos, aos crimes de homicídio, violação de mulheres e roubo, a pena era ser enforcado.

Dizia Herculano, que esta forma de repressão do crime, que nessa época era assim mesmo, nos vinha, dos códices Romanos, Germânicos e Visigóticos, povos que estiveram na Península, como muito bem sabemos, em várias épocas.

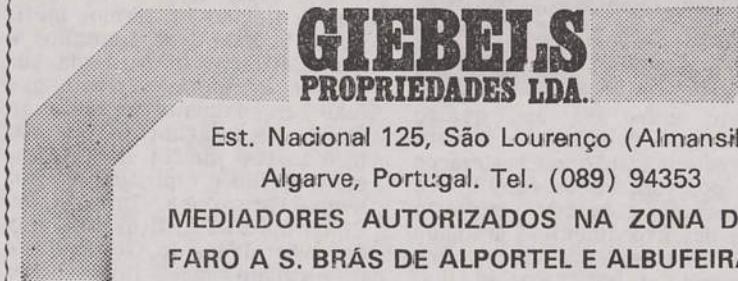
Ainda para terminar este pedaço de «Manta», diremos, que

por volta de 1232, aqui, em terras de Sesimbra, um roubador de cavalos, foi enforcado.

Não há dúvida que os tempos mudaram!... A civilização foi evoluindo; e o Homem até chegou à Lua e até se fizeram transplantações do coração e de outros órgãos!...

Mas parece que o Homem quer voltar à idade do crime, do ódio e da loucura, tal está procedendo no seu dia a dia. E os crimes, os roubos e o ódio não pára. E os noticiários não nos largam, só sabendo transmitir veneno, de cá e de fora!... Já basta, meu Deus; estamos fartos de tal viver!... Queremos Amor, Paz e muita Ventura!... Não esquecer que há mais de dois mil anos, que a Lei divina foi revelada: «procede para com os outros como queres que eles procedam para contigo. E até Confúcio diria: — não farás aos outros o que não quiseres que te façam. Ora hoje, a maioria dos homens não só não observam estes dizeres, como não o desejam ensinar a seus filhos. Não desejam organizar uma sociedade diferente. E todos e cada um, em particular, culpam sempre os outros dos seus males, ou daquilo que ele pensa ser o seu não se procura cumprir e ensinar a cumprir. Os outros, o patrão, o senhorio, o encarregado e chefe, todos é que são culpados do seu mal, isto para não culpar o capital, pois que esse é sempre o bode espiatório; — como se alguém pudesse viver sem capitais!... Se cada um de nós, desejar procurar, cumprir o melhor que possa o que diz a Lei Divina, não há que duvidar que a Sociedade passará a ser melhor, e o ódio ao nosso semelhante ou do nosso semelhante, terá o seu fim!... Amigo Leitor, procura encontrar-te com o teu semelhante, que é o mesmo que encontraras com Deus. Que assim seja!...

JOSÉ REBELO Cap.



GIEBEIS
PROPIEDADES LDA.
Est. Nacional 125, São Lourenço (Almansil)
Algarve, Portugal. Tel. (089) 94353
MEDIADORES AUTORIZADOS NA ZONA DE
FARO A S. BRÁS DE ALPORTEL E ALBUFEIRA

Casa Pereira

ELECTRODOMÉSTICOS — DISCOS — MATERIAL
PARA INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DAS MELHORES

MARCAS

Aceitam-se aparelhos eléctricos para reparação

ADQUIRA-OS A PREÇOS MAIS BAIXOS NA
Rua de Portugal (estrada para Salir), em LOULÉ

VENDA DE PROPRIEDADES

Se deseja comprar terrenos, talhões para construção, casas novas ou velhas, de todos os tipos, no concelho de Loulé, trate com:

JAIME DE SOUSA CAPITULO

Rua do Tribunal, n.º 15 — LOULÉ — Tel. 62097

Tem de tudo, a baixos preços e bem localizados para o servir

CONSULTE-NOS (862)

EM LOULÉ

O pelouro da higiene e limpeza vai ser reactivado

(continuação da pág. 1)
bidade de tempo, passa a sobrejar o pelouro do Turismo, passando o pelouro da higiene e limpeza que estava adestrado àquela vereadora, para a responsabilidade do Dr. José Bota.

Oxalá, a bem da população do concelho de Loulé, a alteração resulte, pois estamos muito precisados de limpeza por estas ruas, lá isso estamos!

Os louletanos confiam na dinâmica acção do Dr. Bota para que Loulé apresente em breve um novo «rosto» em que a higiene e limpeza sejam notas predominantes nas nossas tão sujas como desprezadas ruas.

Energia solar é solução

(continuação da pág. 1)
teja ainda tão pouco desenvolvida.

Sabemos, contudo, de vários casos em que esse trabalho está sendo executado segundo modernas técnicas e podemos até citar o caso do Hotel Viking, situado nos arredores de Armação de Pera que é assim mais uma unidade hoteleira algarvia a instalar sistema de energia solar para aquecimento da piscina e do Hotel.

Numa época em que a crise energética e os seus custos são factores cada vez mais preocupantes, é desejável um mais amplo aproveitamento desta energia inesgotável. Aliás o Governo decidiu apoiar todas as iniciativas do género através de empréstimos com juros bonificados e facilidades de pagamento.

Será, contudo, desejável que a burocracia exigida para a concessão desses empréstimos não seja de tal forma paralizante que «convide» os interessados a desistirem.

LUÍS PONTES

e

FÁTIMA PONTES

ADVOGADOS

R. do Município, n.º 3-1.
Tel. 62406
8100 — LOULÉ

Luis Manuel

A. R. Batalau

MÉDICO
Especialista Pediatria

CONSULTÓRIO:
R. Padre António Vieira,
19 — 8100 LOULÉ

AGÊNCIA VÍTOR

FUNERAIS

E TRASLADACOES

Serviço Internacional

Teléfonos 62404-62382
LOULÉ — ALGARVE

FILAGRO-81

O Banco Português do Atlântico e a Imprensa Regional

Cerca de 150 Directores de jornais regionais estiveram em Lisboa de 30 a 31 de Outubro, para reuniões de trabalho sobre a inspiração e filosofia da B.P.A. e que decorreram na FILAGRO/81.

Durante os debates foram desenvolvidos temas de grande importância e interesse para as regiões que os mesmos órgãos de informação pertencem.

Voltou o Banco Português do Atlântico a dispensar a melhor atenção à agricultura na FILAGRO — Salão Internacional de Agricultura que, mais uma vez, veio fazer convergir nos pavilhões da Associação Industrial Portuguesa não só o produto de uma indústria que procura uma valorização constante — a da produção de maquinaria e equipamentos para o sector primário —, como, também, o interesse de muitos agricultores portugueses, empenhados em modernizar as suas explorações, colocando-as o mais perto possível dos seus próximos concorrentes da CEE.

Essa particular atenção que o BPA votou, novamente, à FILAGRO é, aliás, facilmente explicável: todos conhecemos as dificuldades com que se debate o sector primário; todos sabem

que no desenvolvimento e modernização duma agricultura que está muito longe de acompanhar o progresso actual.

Todas as sessões foram magnificamente dirigidas, com uma total variedade de temas onde sobressaíram a Agricultura e o Financiamento, e ainda o importante papel que cabe à Imprensa Regional no desenvolvimento desta mesma Agricultura.

A abertura do encontro foi feita pelo Dr. José Alfaia, Secretário de Estado da Comunicação Social, que num breve discurso teceu alguns considerandos sobre a Imprensa Regional, e o papel importante que lhe cabe em todo o contexto da vida do País.

Destes discursos destacamos os seguintes pontos:

«Para vós, homens da Imprensa Regional, vai neste momento a minha saudação muito especial pela vossa contribuição, quantas vezes penosa e árdua, para a construção de um Portugal democrático que todos queremos cada vez melhor, mais justo e mais desenvolvido.

«Os termos «democracia» e «regionalização» têm para o actual governo um significado determinante. Em que, como é



mos que é preciso produzir mais; ninguém ignora o peso que as importações de produtos alimentares têm na nossa balança comercial; todos reconhecemos a importância deste Salão Internacional.

Dai pois que se tivessem congregado os melhores esforços não só no que se refere à participação activa do BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO, como igualmente, dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira e da Direcção da Associação Industrial Portuguesa — o que muito nos apraz registar, para que a FILAGRO/81, pudesse atingir os seus objectivos.

Com esta sua feliz iniciativa, o Banco Português do Atlântico deu uma nota altamente positiva do seu prestígio e do interesse que continua a revelar por tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento harmônico do País.

E nesse contexto se insere com particular incidência o sector da agricultura que é, sem dúvida, o mais fundamental e o principal motor de arranque de toda a nossa economia.

E porque a Banca pode e deve ser a mola impulsora duma agricultura que se quer dinâmica, lucrativa e à altura de corresponder às nossas imprevisíveis necessidades alimentares, não se pode estranhar que o B.P.A. tenha aproveitado a FILAGRO para chamar a Lisboa cerca de 150 representantes da imprensa regional que foram seus convidados e que, através daquilo que viram e ouviram, podem transmitir aos portugueses mais ligados à terra (os quais constituem a mais elevada percentagem dos seus leitores) o seu empenhamento em os aju-

sabido, entre as suas quatro principais prioridades afigura a regionalização, na certeza de que por esta via se consolida a democracia e de que o projecto de desenvolvimento desejado para Portugal será um processo integrado e por todos participado».

Mais adiante diria o Dr. José Alfaia:

— «A «Imprensa Regional» tem merecido no passado e nas mais diversas oportunidades, significativos sublinhados relativamente à sua importância. Afirmações de princípio que, todavia, desinseridas de um programa mais vasto de regionalização, têm impedido o equacionamento de medidas concretas de apoio.

«O peso desta Imprensa, no espectro da Comunicação Social em Portugal, não se pode de quaqueira forma menosprezar ou diminuir. São mais de três centenas de publicações representando mais de trinta milhões de exemplares vendidos anualmente, número que traduz a dedicação, a capacidade criativa e o voluntarismo de todos aqueles que com sacrifício e abnegação neles aplicam as suas forças e o seu conhecimento.

«Todos sabemos, sentimos e reconhecemos como a Imprensa Regional é um meio essencial para a melhoria e dignificação dos padrões culturais e sociais e para a valorização dos interesses económicos de cada região. Daqui ressalta quão imprevisível e estimulante que conduz à sua melhoria qualitativa e quantitativa.

(Conclui no próx. número)

O papel do Algarve na Política de Regionalização do País

Está marcada para o próximo dia 2 de Dezembro, na Casa do Algarve em Lisboa, uma conferência subordinada ao tema «O Papel do Algarve na Política de Regionalização do País». Será conferente o actual Secretário de Estado da Emigração, Dr. José Vitorino, na qualidade de sócio da Casa do Algarve, grande amigo da sua província e conhedor dos seus problemas.

Por estes factos foi escolhido este antigo Governador Civil do Algarve para tratar um assunto de flagrante oportunidade e que está sendo encarado com o maior interesse pelo próprio Governo em relação a todo o País.

Este trabalho pela sua importância é aguardado com grande expectativa e não se pode limitar a ser ouvido somente pelos sócios da Casa do Algarve, mas por todas as pessoas interessadas no problema da regionalização, sendo por isso a entrada livre.

Notícias da Universidade do Algarve

SEMINÁRIOS A REALIZAR EM BREVE

A Universidade do Algarve tem em organização Seminários a nível nacional dedicados à discussão e aos estudos aprofundados de questões que têm grande interesse para o Algarve. De entre elas pode desde já referir-se às duas seguintes:

— Regionalização e Desenvolvimento Regional;

— Gestão da água pelas plantas.

O primeiro tema tem a ver com o problema actual de definir a Região em termos biofísicos, económicos, humanos e administrativos e para ela sugerir a estratégia correcta que mais rapidamente conduza ao maior desenvolvimento regional medido em índices de bem-estar material e espiritual do Homem. Este tema, inscrito na Constituição, constitui hoje uma das prioridades do Governo e é privilegiado nas intervenções políticas das entidades que representam órgãos de soberania. Simultaneamente continua a ser estudado e debatido no nível do ensino e da administração. Colaboração no Simpósio individualidades de vários estabelecimentos universitários ligados aos sectores ou disciplinas em que se pode desdobrar o tema principal. Serão convidados a fazerem-se representar os órgãos do poder regional e seus tutores na administração central.

O segundo tema procura dar um contributo para que se possa racionalizar a gestão da água disponível no Algarve em termos da máxima produção da biomassa alimentar em face dos factores ecológicos e da tecnologia existente. Isto especialmente para os 80 mil hectares de solo de potencial agrícola não só excepcionalmente elevado mas também sazonalmente favorável em termos de valor de mercado. Embora o tema não tenha sido suficientemente estudado em Portugal procurar-se-á reunir os técnicos, os cientistas e os professores melhores preparados neste domínio e assim incitar a que se iniciem as linhas de investigação-experimentação indispensáveis ao alargamento e consolidação do tipo de agricultura protegida e intensiva para que o Algarve tem grande vocação. Esta reunião terá o apoio da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos.

Morreu José Ferreira Torres

Foi com profunda mágoa que acompanhámos há dias à sua última morada, um Grande e Bom amigo dos últimos 30 anos: José Ferreira Torres!

Portuense por nascimento, mas louletano por coração, ele soube viver, como poucos, os problemas da nossa terra e esteve presente em quase todas as realizações de carácter desportivo e cultural que se realizaram em Loulé nas últimas décadas. Por isso mesmo tem direito a que recordemos a sua acção e prestemos justiça ao seu dinamismo e à sua inquebrantável força de vontade quando era necessário colocar bem alto o nome de Loulé.

Merece mais algumas palavras de gratidão e de saudade, mas o curto intervalo entre a sua morte e a saída deste número do nosso jornal não nos permite ir mais além do que este breve apontamento, que é a exteriorização da nossa profunda mágoa pelo desaparecimento de um Bom Amigo.

percorreu há dias o Algarve com vista à apresentação e discussão do trabalho já realizado no âmbito do levantamento do quadro de funcionamento espacial da economia algarvia. Espera-se, afirma o referido professor, que este documento esteja disponível dentro de poucos meses sob a forma de uma matriz input-output intersectorial e inter-regional.

O trabalho em curso e no qual colaboram os economistas Pereira Lilaia, Isabel Mendes e Rui Semedo é financiado pela Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico e tem o apoio não só da Direcção Regional de Planeamento Urbanístico mas também da Universidade local, da Circunscrição Industrial, da Comissão de Coordenação Regional e da Comissão Regional de Turismo.

O resultado que se pretende alcançar refere-se aos sectores económico, industrial, agrícola, pesqueiro e turístico.

Valores e ordenados

É necessário haver a coragem de dizer que no mercado do trabalho, a remuneração justa seria **“SALARIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL”**.

Essa igualdade teria no entanto que passar obrigatoriamente por uma política de preços justa ou o mais justa possível, de maneira a que cada profissional recebesse por aquilo que na realidade produz e não pela classificação que lhe confere a sua carteira profissional. É fácil, mediante um bom exame, conseguir uma carteira profissional de primeira e mais tarde, na prática, o portador dessa carteira dar apenas o rendimento de um profissional de terceira ou quarta categoria.

Exemplificando:

Se dois torneios com a mesma categoria profissional e nas mesmas condições de trabalho, produzirem em 8 horas de trabalho, um 100 para fusos e outro apenas 70, será justo que tenham o mesmo ordenado só porque a sua carteira profissional indica a mesma categoria?

Será que um deputado, que defende o progresso do seu país segundo o seu ideal, que constantemente passa a sua vida a lutar na Assembleia, deva ganhar o mesmo que aquele que

nessa mesma Assembleia passa o seu tempo a ler o «Tio Patinhas» e por vezes até se esquece de se levantar na altura de dar o seu voto?

Todos estarão de acordo: não é justo... mas infelizmente é o que vem acontecendo no nosso país e será essa realidade a consumir-nos lentamente. E porquê?

É fácil perceber que mesmo o trabalhador mais esforçado começa a desmoralizar-se ao ver que está a ser violentemente explorado pelos seus colegas de profissão. Esse é um mal crónico patente um pouco por todo o lado, desde os sucessivos governos, entidades sindicais e autoridades em geral.

Por um lado, os sindicatos organizam greves, ao que dizem «em defesa dos trabalhadores», exigindo aumentos percentuais dos salários. Os patrões, o próprio Estado incluído, concordam com esses aumentos percentuais que só nos levam a maior distância entre classes. não seria preferível aumentar justamente os que menos ganham e, se possível, estagnar ou mesmo diminuir os grandes ordenados?

BOTA ESPADINHA